

O Colegiado do Curso de Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados fez a leitura do documento com muito cuidado e realizou as sugestões, que podem ser apreciadas abaixo.

As contribuições do Colegiado têm como intuito corrigir os ruídos identificados no documento a ponto de preservar a saúde da nossa comunidade acadêmica ao passo que as atividades estiverem ofertadas em meio à pandemia.

ÍNDICE

1. DOS DISPOSITIVOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS.....	06
2. DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES.....	06
3. DA DEFINIÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS.....	06
4. DA FINALIDADE DAS APNPs.....	07
5. DA NATUREZA E DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAS.....	08
6. DO CUMPRIMENTO DOS PROTOCOLOS DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS EM LABORATÓRIOS COM RECURSOS TECNOLÓGICOS	11
7. DO PLANEJAMENTO DO PROCESSO PEDAGÓGICO DE APNPs.....	11

8. DO ATENDIMENTO COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS.....	13
9. DOS DIREITOS AUTORAIS PELA ELABORAÇÃO DE APNPs.....	15

10. DA REORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ACADÊMICO.....	16
--	----

11. DO PLANO DE ATIVIDADES DAS APNPs.....	16
--	----

12. DE MEDIDAS ESPECÍFICAS PARA OS ESTUDANTES CONCLUINTEs.....	18
---	----

13. DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E PROJETOS INTEGRADORES.....	18
---	----

14. DO PERÍODO DE AMBIENTAÇÃO.....	19
15. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
16. ANEXO I.....	20
17. ANEXO II.....	23
18. ANEXO III.....	24

DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS NO IFSUL ADOTADAS EM RAZÃO DA PANDEMIA (COVID-19)

5

TÍTULO I

DOS DISPOSITIVOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS

Art. 1º. O presente documento versa sobre diretrizes institucionais no âmbito do Instituto Federal Sul-rio-grandense para a realização de atividades acadêmicas não-presenciais, [após o pico pandêmico](#), nos cursos de educação básica e superior do IFSul, fundamentadas nas normativas vigentes (ANEXO I) e nas pesquisas realizadas em cada unidade do IFSul durante a situação de pandemia da Covid-19.

Art. Xº. Para garantia do processo de participação democrática da comunidade acadêmica em cada campus, será criada, em cada campus, uma Comissão paritária dos segmentos acadêmicos.

TÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES

Art. 2º. No desenvolvimento de atividades pedagógicas não presenciais no IFSul, deverão ser considerados nos processos de ensino e de aprendizagem, os seguintes princípios norteadores:

I. Preservação da saúde física e mental de todos os estudantes e servidores;

II.

Acessibilidade e a Inclusão;

III.

O acesso, a permanência e o êxito de estudantes;

IV.

A garantia da qualidade nos processos de ensino e de aprendizagem;

V.

Histórica e reconhecida qualidade dos cursos.

TÍTULO III

DA DEFINIÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS

Art. 3o. Atividades pedagógicas não presenciais (APNPs) são o conjunto de atividades realizadas com ou sem mediação tecnológica, a fim de garantir atendimento acadêmico durante o período de restrições, para realização de atividades escolares, quando não for possível a presença física de estudantes nas unidades de ensino do IFSul.

§ 1o. No contexto do IFSul, atividades pedagógicas não presenciais, sem mediação por tecnologias digitais poderão ocorrer, havendo recomendação da coordenação de curso, em conjunto com a equipe pedagógica.

§ 2o. O IFSUL ~~moverá esforços para viabilizar~~ **deverá garantir** o acesso a recursos de tecnologia da informação para estudantes em situação de vulnerabilidade social, visando atender às condições de continuidade do processo educativo no contexto de uso das APNPs.

TÍTULO IV

DA FINALIDADE DAS APNPs

Art. 4o. Todos os cursos da educação básica como Cursos de Formação Inicial e Continuada (FICs, EJA-FIC), técnicos de nível médio (EJA–EPT, integrados, concomitantes e subsequentes) e superiores (graduação e pós-graduação) **comproven atendimento ao disposto no art. 2º, ~~estão~~ estarão** autorizados a implementar atividades pedagógicas não presenciais (APNPs).

Parágrafo único: Parágrafo único: **Parágrafo único:** O IFSul, através de Comissão paritária dos segmentos acadêmicos, avaliará a adequação da proposta de cada curso para realização das atividades pedagógicas não presenciais (APNPs) previstas no caput.

Atividades presenciais que não possam ser realizadas de maneira não presencial, conforme análise do colegiado do curso, poderão constar de um plano especial de desenvolvimento, podendo para isso ser viabilizados espaços presenciais especialmente preparados, no momento em que isso seja possível, sendo permitido deslocar componentes curriculares da grade curricular do curso, com vistas a preservação do projeto pedagógico do mesmo.

Art. 5o. O uso das APNPs ~~deverão~~ **deverá** garantir, a todos os estudantes, o atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa educacional e desdobradas nos currículos e propostas pedagógicas e dos diferentes cursos do

IFSul no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, bem como pelas Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes.

Parágrafo único: Para cada turma será atribuído um ou mais professor(es) orientador(es) que, juntamente com o coordenador do curso e com o setor pedagógico do câmpus, será o elo de acompanhamento da situação dos estudantes.

Art. 6o. O objetivo da ~~instituição para~~ implantação das APNPs ~~na~~ ~~instituição~~ se dá, dentre outros, pelos seguintes motivos:

7

I. Garantir a continuidade do do desenvolvimento das ~~atividades de ensino e das~~ aprendizagens dos estudantes, garantindo seu direito constitucional à educação.

II. Evitar maiores prejuízos ao processo educacional dos estudantes do IFSul, sem atividades educacionais regulares, tendo em vista a indefinição do tempo de isolamento social causado pela pandemia.

III. Atenuar a evasão escolar bem como a diminuição dos danos biopsicossociais e pedagógicos de estudantes e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

IV. Oportunizar a inclusão dos estudantes nos ambientes virtuais de aprendizagem através de capacitação apropriada.

TÍTULO V

DA NATUREZA E DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS

Art. 7o. As atividades pedagógicas não presenciais (APNPs) ocorrerão extraordinariamente e em caráter emergencial exclusivamente em virtude da pandemia da Covid-19 e os impactos da mesma nas atividades da instituição, em acordo com as normativas vigentes e sem se confundirem, portanto, com a Educação a Distância ou com atividades à distância previstas em cursos presenciais.

Parágrafo único: Em decorrência do caráter extraordinário supracitado, as mesmas não impactarão na necessidade de mudanças ou adequações nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, Organização Didática e demais normativas que regem as atividades de ensino da instituição.

Art. 8o. O IFSUL oferecerá, para os cursos que assim o desejarem, acesso e suporte ao Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

1. As APNPs não configuram Educação a Distância e, portanto, o uso de AVAs é facultativo.

2. Os colegiados dos cursos terão autonomia para adotarem, ou não, conforme o planejamento coletivo, um Ambiente Virtual de Aprendizagem.

3. Caso adotem AVA diferenciado, os colegiados deverão de responsabilizar pela gestão, capacitação e suporte do mesmo.

4. A decisão de usar ou não um AVA e qual utilizar, deverá ter em conta as dificuldades e potencialidades que o mesmo pode ter para atender determinado grupo de estudantes, por isso cada curso fará esta deliberação pedagogicamente.

Art. 9o. ~~Para a consecução do objetivo do parágrafo 1o do artigo anterior,~~ Caberá a Pró-reitoria de Ensino do IFSul (PROEN) através do seu Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias (DETE) em articulação com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), ações integradas como as seguintes:

I. Prover os AVAs para todas as unidades do IFSul, em único endereçamento virtual.

II. Fomentar a criação da figura de um gestor responsável pelos AVAs de cada unidade do IFSul.

III. Disponibilizar tutoriais de uso dos AVAs aos Departamentos/Coordenações de Educação a Distância, Coordenações de Tecnologia da Informação ou responsáveis pelos AVAs de cada câmpus e do CREPT.

IV. Capacitar os gestores responsáveis pelos AVAs para a aplicação das atividades previstas nos tutoriais.

Art. 10. Os tutoriais do uso do AVA, elaborados pela PROEN, auxiliarão gestores dos câmpus e do CREPT em variadas atividades de relevância, tais como:

I. Criar componentes curriculares, bem como cadastrar docentes e estudantes;

II. Criar turmas dos estudantes;

III. Cadastrar usuários em lote e outras demandas que são de responsabilidade dos gestores do Moodle;

IV. Dar suporte virtual aos gestores dos AVAs de cada Câmpus em relação às dúvidas;

V. Assessorar na indicação de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação para auxiliar nos processos educacionais.

Art. 11. Aos Câmpus do IFSul e ao CREPT, caberá as seguintes funções:

I.

Indicar um ou mais responsáveis para a gestão do AVA;

II.

Criar os componentes curriculares de cada curso;

III.

Cadastrar estudantes e docentes;

IV.

Dar suporte aos docentes para utilização do *Moodle* e Tecnologias

Digitais da Informação e Comunicação;

V.

Dar suporte aos estudantes quanto ao acesso ao Moodle;

VI.

Comunicar aos estudantes que as aulas serão ministradas via AVA;

VII.

Disponibilizar apoio pedagógico para a elaboração de metodologias e

materiais pedagógicos desenvolvidos especificamente para o uso no contexto particular da APNPs.

Art. 12. Os Câmpus e o CREPT deverão apresentar um protocolo de dados quantitativos e/ou qualitativos (ANEXO II), por meio de pesquisas aplicadas com as informações necessárias para a tomada de decisões acerca das providências a serem tomadas junto à sua comunidade, de forma a garantir que todos tenham acesso para a aplicação das APNPs.

§ 1o. O protocolo de dados consistirá de uma coletânea de 17 (dezessete) itens podendo o câmpus ou o CREPT inserir outros itens, se julgar necessários para preservar a qualidade do ensino na aplicação das APNPs.

§ 2o. O protocolo de que trata esse artigo deverá ser aprovado pelas instâncias competentes ou responsáveis dos Câmpus ou do CREPT e serem submetidos posteriormente para análise da PROEN.

§ 3o. Em caso de deferimento a PROEN emitirá parecer favorável e encaminhará para aprovação pelo Conselho Superior do IFSul (CONSUP).

10

§ 4o. Em caso de indeferimento a PROEN retornará o protocolo para o câmpus ou CREPT para as devidas adequações, tantas vezes quantas forem necessárias para seguir os demais trâmites visando a aprovação pelo CONSUP.

TÍTULO VII

DO PLANEJAMENTO DO PROCESSO PEDAGÓGICO DE APNPs

Art. 14. O processo pedagógico para aplicação das APNPs, deve contemplar:

I. Análise dos perfis das turmas baseando-se em pesquisas e escutas realizadas com os estudantes;

II. Desenvolvimento de projetos integrados, de acordo com as possibilidades curriculares dos cursos;

11

III. Reorganização de planos de ensino considerando o atendimento de todos os estudantes;

IV. Definição de componentes curriculares que serão ofertados simultaneamente em cada curso, em um máximo de cinco componentes curriculares por vez, não devendo as atividades que dependem de tecnologias somar mais que duas horas diárias;

V. Organização da metodologia de práticas pedagógicas no que se refere a avaliação da aprendizagem, tais como realização de avaliações, recuperações paralelas, reavaliações e conselhos de classe, monitorias online e, excepcionalmente, atendimento presencial individualizado, mediante agendamento, quando isso se tornar possível;

VI. Ações na perspectiva de incluir os estudantes que não tem acesso a internet e/ou computadores;

VII. Proposição de estratégias no planejamento para a garantia do acesso ao currículo e a condições efetivas de permanência e êxito para todos os estudantes;

VIII. Construção de metodologia de atendimento discente individualizado, de acompanhamento familiar, biopsicossocial e pedagógico;

IX. Estruturação de metodologias para adequação das demais atividades acadêmicas, como Trabalho de Conclusão de Curso, estágios, projetos de ensino, pesquisa e extensão ao contexto das APNPs;

X. Definição de atividades síncronas e assíncronas de cada componente curricular e/ou projeto, tomando as devidas precauções com relação à complexidade relacionada ao uso de cada abordagem;

XI. Construção de Planos e roteiros de atividades;

XII. Planejamento da Ambientação docente e discente na plataforma definida;

Art. 15. As atividades que poderão ser desenvolvidas como recursos nas APNPs são:

I. Realização de testes on-line ou por meio de material impresso para aqueles que não tem acesso ao material no AVA;

II. Utilização, quando possível, de horários de rádio ou TV aberta com programas educativos para adolescentes e jovens;

12

III. Realização de encontros online por meio de ferramentas de videoconferência, tais como rede federada (webconf) ou Google Meet;

IV. Distribuição de vídeos educativos, de curta duração, por meio de plataformas digitais, mas sem a necessidade de conexão simultânea, seguidos de atividades ~~a serem realizadas com a supervisão dos pais;~~

V. Realização de estudos dirigidos, pesquisas, projetos, entrevistas, experiências, simulações e outros;

VI. Utilização de mídias sociais de longo alcance (*WhatsApp, Telegram, Facebook, Instagram* etc.) para estimular e orientar os estudos, desde que observadas as idades mínimas para o uso de cada uma dessas redes sociais;

VII. Organização e adaptação das atividades preponderantemente práticas momentaneamente por laboratórios de simulação virtual e em conformidade com a realidade local ou postergá-los para o momento de retorno presencial;

Art. 16. No ~~caso de~~ cursos **técnicos**, de graduação de licenciatura, bacharelado e tecnologia, os cursos, disciplinas, etapas, metodologias adotadas, recursos de infraestrutura tecnológica disponíveis às interações práticas ou laboratoriais não presenciais especialmente serão anexados como plano de atividades e, **após aprovados pelo colegiado do curso**, será apensado nos seus PPCs de curso e ~~os mesmos após aprovados, nas instâncias internas, a PROEN enviará toda a documentação à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES).~~

TÍTULO VIII

DO ATENDIMENTO COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

Art. 18. Entende-se por estudantes com necessidade específica aqueles que apresentam:

I. Deficiência: caracterizada por impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial;

II.

Transtorno do Espectro Autista;

III.

Transtornos da aprendizagem;

IV.

Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH);

V.

Altas habilidades/superdotação;

VI.

Impedimentos temporários ou intermitentes de natureza física, mental,

intelectual ou sensorial.

Art. 19. As APNPs devem levar em consideração as singularidades de cada estudante, principalmente aqueles que apresentam necessidade específica e para isso devem seguir as orientações da

Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul e a Instrução Normativa no 03/2016.

Art. 20. O planejamento e a execução das APNPs são de responsabilidade de docentes, apoiados pela equipe do NAPNE, equipe multidisciplinar (orientação, supervisão pedagógica, psicologia e assistência social) e coordenação de curso.

Art. 21. Para estudantes com necessidades específicas, docentes deverão adequar o plano de atividades, realizando a prévia adaptação e a flexibilização do material didático, do processo avaliativo e da metodologia de ensino, para que atenda às suas necessidades específicas, conforme Anexo III.

Art. 22. Docentes, equipe pedagógica e integrantes do NAPNE deverão estreitar a comunicação, visando potencializar o processo de ensino e aprendizagem, bem como desenvolver, de forma colaborativa, os materiais que atendam às necessidades específicas de estudantes.

Parágrafo único: Além das adequações metodológicas previstas, o cronograma de datas para realização e entrega das atividades deverá ser adaptado, quando necessário, considerando as necessidades específicas dos estudantes.

Art. 23. Será assegurada a estudantes com necessidades específicas a adequação do tempo, do modo, da ferramenta de ensino e de avaliação para as 14

APNPs, com a adoção de medidas de acessibilidade, sempre que possível considerando os princípios do Desenho Universal, suas limitações e a promoção do seu aprendizado, além do diálogo com a equipe do NAPNE.

Art. 24. Com apoio da equipe pedagógica (preferencialmente, o setor de Orientação Educacional e/ou Atendimento Educacional Especializado) e NAPNE, no que diz respeito às APNPs, será oferecido acompanhamento e orientação aos familiares/responsáveis pelos estudantes com necessidades específicas, visto que atuarão como coadjuvantes nas orientações das atividades pedagógicas.

Art. 25. Nos casos em que não for possível o acesso desses estudantes às APNPs, após terem sido esgotados os meios propostos e consideradas suas condições de saúde física e mental, caberá a coordenação de curso, com docentes, equipe pedagógica e o NAPNE, criar estratégias para assegurá-las por ocasião do retorno às atividades presenciais.

TÍTULO IX

~~DOS DIREITOS AUTORAIS PELA ELABORAÇÃO DE APNPs~~

Art. 26. ~~Os recursos educacionais usados ou produzidos devem respeitar o previsto na Lei nº 9.610/1998, sobre direitos autorais.~~

TÍTULO X

DA REORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ACADÊMICO

Art. 28. A reorganização do calendário acadêmico é necessária para execução da reposição, pois visa garantir a realização de atividades acadêmicas para fins de atendimento dos objetivos de aprendizagem previstos nos currículos da educação básica e do ensino superior, atendendo ao disposto na legislação e normas correlatas sobre o cumprimento da carga horária.

Parágrafo único: Em função da pandemia, o calendário letivo terá tempos diferenciados de até o dobro do previsto em situação de regularidade.

Art. 29. Os câmpus do IFSul e o CREPT terão autonomia na elaboração do calendário acadêmico e dessa forma, devem retornar

no mesmo período podendo utilizar retornos escalonados entre níveis, turmas e componentes curriculares.

§ 1o. Independentemente das abordagens adotadas para elaboração do calendário acadêmico e do término de atividades de turmas específicas, as atividades acadêmicas de um campus ou do CREPT deverão terminar em data única.

§ 2o. O Calendário acadêmico deverá priorizar o cumprimento integral da carga horária estabelecida no Projeto Pedagógico de Curso para o período letivo, [que poderá ter tempos diferenciados](#).

§ 3o. Na ordem cronológica de organização das turmas que iniciarão as APNPs dar-se-á preferência, quando possível, aos estudantes concluintes.

TÍTULO XI

DO PLANO DE ATIVIDADES DAS APNPs

Art. 30. A organização das APNPs é de responsabilidade dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), Colegiados dos Cursos ou Comissões de Elaboração e/ou Implementação de PPC com suas composições completas de acordo com suas

normativas, em reunião conjunta, quando se tratar de curso superior de Graduação e cursos Técnicos, sendo esta organização instrumentalizada por meio de Planos de Atividades (PAT), conforme item 17 do Anexo II que farão a composição do protocolo do Câmpus ou CREPT.

Parágrafo único: Para os cursos sem colegiado formalmente constituídos subentende-se a totalidade de professores do curso como responsáveis pelas atividades previstas no presente artigo.

Art. 31. Os PATs serão uma estratégia de formalização do processo formativo para o estudante no contexto do calendário reorganizado, com ampla divulgação no AVA e nos canais oficiais dos campus. Deverão ter as seguintes características:

§ 1º. Organização por curso contemplando as especificidades das respectivas turmas, do câmpus ou CREPT, estabelecendo a metodologia de ensino e de aprendizagem utilizada, bem como informar os meios que utilizará para acompanhamento.

§ 2o. Estratégias de inclusão dos estudantes com necessidades especiais e com dificuldades de acessibilidade, bem como indicar as ações de acompanhamento e orientações aos estudantes com necessidades específicas já organizadas e disponibilizadas pelos NAPNEs de cada campus com apoio do Departamento de Educação Inclusiva da Pró-reitoria de Ensino do IFSul.

§ 3o. O plano de ensino do docente com a sua reorganização contendo a sistematização das APNPs no AVA, bem como as metodologias, avaliação, os horários destinados aos atendimentos, as formas de recuperação da aprendizagem e reavaliações (contínua e paralela) bem como a sistematização das APNPs respeitando as ementas, de forma a garantir o cumprimento do PPC e a qualidade do curso.

Art. 32. Os PATs, elaborados conforme os Arts. 30 e 31, deverão ser encaminhados à Pró-reitoria de Ensino do IFSul, para serem apensados aos PPCs e

arquivados, com as informações a serem repassadas à Secretaria de Regulação e

Supervisão da Educação Superior (SERES) e à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Parágrafo único: Os responsáveis legais pelos estudantes menores de idade deverão acusar ciência do PAT do curso.

Art. 33. Se de forma extraordinária persistirem impossibilidades do estudante maior de idade acompanhar as APNPs, deverão ser garantidos os direitos acadêmicos, permitindo a manutenção da matrícula com suspensão de disciplinas, mesmo no primeiro período letivo, para todos os cursos, sem que este período seja contabilizado no prazo para integralização.

TÍTULO XII

MEDIDAS ESPECÍFICAS PARA OS ESTUDANTES CONCLUINTES

Art. 34 Os Câmpus do IFSul e o CREPT poderão adotar medidas específicas para os estudantes concluintes que estejam com a matriz curricular do curso no semestre/ano integralizada ou dependendo apenas da realização de estágio, TCC ou atividades complementares para a efetiva integralização do curso a fim de garantir com brevidade a conclusão dos mesmos, reduzindo o prejuízo causado pela suspensão do calendário acadêmico e para isso:

Parágrafo único: A Coordenação do curso deverá fazer um plano de atividades específico e encaminhar às instâncias competentes para apreciação e aprovação.

TÍTULO XIII

DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E PROJETOS INTEGRADORES

Art. 35. Fica autorizada a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou do

Projeto Integrador por meios de webconferências. A aprovação ocorrerá pela

defesa perante a banca avaliadora e encaminhamento do texto final e quanto a

comprovação das orientações, poderá ser realizada mediante declaração do docente orientador.

TÍTULO XIV

DO PERÍODO DE AMBIENTAÇÃO

Art. 36. Entende-se por período de ambientação o tempo necessário para que os Câmpus e o CREPT realizem atividades de formação para seus servidores e estudantes para desenvolvimento das APNPs, bem como a realização de atividades de acolhimento da comunidade escolar de resgate dos conteúdos trabalhados anteriormente a suspensão do calendário acadêmico.

TÍTULO XV

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 37. O IFsul estará em constante acompanhamento da situação da pandemia causada pela Covid-19 e havendo melhorias nas condições sanitárias e a possibilidade de retorno com atividades

presenciais, mediante autorização legal, serão realizados estudos de outras formas de ensino, onde novas diretrizes deverão ser discutidas.

Sinto falta de um plano de assistência estudantil. Como será feita a questão de alimentação? De acesso a materiais diversos? Folhas, livros, canetas, resistores, baterias, etc. Muitas coisas podem ser

feitas em casa se garantirmos um maior apoio. Como a biblioteca vai funcionar? Poderá enviar livros por correio? Terá algum horário de abertura para empréstimo?

ANEXO I

COLETÂNEA DE ATOS NORMATIVOS E INSTRUÇÕES (EM CONSTANTE ATUALIZAÇÃO)

COMPILADO DE ATOS NORMATIVOS, NOTAS DO GOVERNO DO ESTADO DO RS, MEC, SETEC, IFSUL

Parecer CNE/CEB N° 19/2009, de 2 de setembro de 2009, que orienta sobre a reorganização dos calendários acadêmicos, decorrente de situação análoga a atualmente vivida, na época, a pandemia do H1N1;

Resolução CNE / CEB nº 003 de 21 de novembro de 2018 que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;

Portaria nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;

Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019- nCoV);

Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Corona vírus responsável pelo surto de 2019;

Ofício-Circular nº 2/2020/CGLNES/GAB/SESU/SESU-MEC, de 10 de março de 2020, com recomendações sobre o Novo Coronavírus (COVID-19);

Ofício nº 212/2020/SE/CNE/CNE-MEC, de 13 de março de 2020, resposta do CNE à ABMES sobre a aplicabilidade do Parecer CNE/CEB nº 19/2009;

Nota de Esclarecimento - COVID-19, de 18 de março de 2020, do Conselho Nacional de Educação (CNE), informa que compete as autoridades dos sistemas de ensino, no exercício da sua autonomia, autorizar a realização de atividades a distância para a educação profissional técnica de nível médio, de acordo com o inciso III no item 5;

o

Decreto nº 6, de 20 de março de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar

Nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem Nº 93, de 18 de março de 2020, com efeitos até 31 de dezembro de 2020;

Medida Provisória Nº 934 de 14 de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

Portaria Nº 376, de 3 de abril de 2020, que dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19;

Ofício Nº 2 101/2020/CEB/SAO/CNE/CNE-MEC, de maio de 2020, que responde a consulta acerca da possibilidade de redução dos dias letivos em face do Decreto de Calamidade Pública e esclarecimentos sobre a Nota de Esclarecimentos COVID-19;

Portaria IFSUL e as notas da PRESENCIAIS, que mantém a suspensão parcial dos calendários acadêmicos dos cursos do IFSul, autorizando a continuidade a oferta de EaD vistas no PPC;

Parecer CNE/CP No 5/2020, de 28 de abril de 2020, homologado parcialmente em 29 de maio de 2020, que dispõe sobre a reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividade não presenciais para fins de cumprimento de carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19;

Parecer CNE/CP No 9/2020, de junho de 2020, homologado parcialmente.....o de 2020, que dispõe sobre a reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividade não presenciais para fins de cumprimento de carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19;

Parecer CNE/CP No 11/2020, de junho de 2020, homologado parcialmente.....o de 2020, que dispõe sobre a reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividade não presenciais para fins de cumprimento de carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19;

Portaria 544 de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas

em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga

**ooo asPortariasMECN . 343,de17demarçode2020,N
345,de19demarçode2020,eN 473,de12**

de maio de 2020.

Decreto No 55240 de 10/05/2020 que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

Decreto no 55292 de 04/06/2020 estabelece as normas aplicáveis às instituições e estabelecimentos de ensino situados no território do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as medidas de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) de que trata o Decreto no 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado e dá outras providências.

Portaria Conjunta SES/SEDUC/RS No 01/2020 dispõe sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle ao novo coronavírus (COVID-19) a serem adotadas por todas as Instituições de Ensino no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

Protocolo de biossegurança para retorno das atividades nas Instituições Federais de Ensino divulgado pela Secretaria de Educação Superior (SeSu) e da Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Diretrizes para Elaboração de Planos de Contingência para o Retorno às Atividades Presenciais nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Recomendações para a reabertura de escolas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), UNICEF.

Necessidade de orientar quanto aos procedimentos a serem adotados no período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional para combate a pandemia do coronavírus - COVID-19.

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no 6.341 referente à Medida Provisória no 926/2020 – 23/04/2020 O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a competência de estados, municípios e Distrito Federal em ações para combater a pandemia da covid-19.

Nota 03/2020 da Pró-Reitoria de Ensino de 27 de março de 2020.

Abril de 2020: processo de escuta das comunidades acadêmicas para elaboração de protocolos de retorno seguro às atividades presenciais (planilha 5W2H – até 22/06) e divulgação de documento orientador inicial do Núcleo de Atenção à Saúde do Servidor (NASS).

Abril a junho de 2020: pesquisas com servidores/estudantes sobre grupos de risco (portal do IFSul).

Maio e junho de 2020: capacitação dos servidores em Atendimento Educacional Especializado, SUAP-EDU, metodologias ativas e tecnologias educacionais.

Junho e julho de 2020: coleta de sugestões junto aos servidores para o planejamento do retorno das atividades (SUAP).

Instruções Normativas nº 19/SGDP/ME, de 12 de março de 2020 e Instrução Normativa nº 21 de 16 de março de 2020 SGDP/ME, de 17 de março de 2020.

Portaria no 343, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas.

Nota Técnica Conjunta 05/2020 PGT-COORDINFÂNCIA, do Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Geral do Trabalho de 18 de março de 2020.

Portaria no 345, de 19 de março de 2020, que altera a Portaria MEC no 343, de 17 de março de 2020.

Medida Provisória No 927, de 22 de Março de 2020, que dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo no 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências.

Instrução de Serviço/ IFSul no 13, de 22 de maio de 2020, dispões sobre a prorrogação até o dia 3 de julho o período de suspensão das atividades presenciais no IFSul, incluindo eventos e solenidades internas ou externas; presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.

ANEXO II

PROTOCOLO POR CÂMPUS OU CREPT PARA APROVAÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS

1. Pesquisa da situação dos estudantes do IFSUL no período de pandemia referente a recursos tecnológicos

2.Fornecimento de dados da planilha de pesquisa na temática de remoto (5W2H)

3. Portaria de Grupos de Trabalho dos câmpus e do CREPT que subsidiarão os trabalhos de implantação das APNPs nas diferentes áreas dos cursos FICs, Ensino Médio Integrado, Ensino concomitante, EJA-FIC, Subsequente, Graduação, Especialização, Mestrado, Doutorado 4. Ambiente Virtual de Aprendizagem com todos os dados do artigo 8o.

5.Conclusão do Levantamento das possibilidades de realizar APNPs, mediadas ou não por dispositivos digitais, possibilitando assim a continuidade das atividades educacionais e laborais

7. Metodologias alternativas a serem usadas para os estudantes que não possuem equipamentos (computador, notebook, celular, tablet) para realização das APNPs

9. Metodologias alternativas e escalas de plantão para estudantes para ter acesso a realização de APNPs bem como acesso a materiais impressos ou por meio de mídias nos câmpus e CREPT para os estudantes que não tenham acesso a nenhum tipo de recursos tecnológico

11. Levantamento e capacitação dos estudantes para o uso das plataformas e ferramentas de comunicação, de forma a garantir a continuidade das atividades

13. Levantamento e metodologia do uso das APNPs para as necessidades específicas dos estudantes e servidores, com trabalho compartilhado pelos NAPNEs e DEPEI

15. Levantamento dos insumos de higiene e proteção necessários para o atendimento de protocolos de retorno as atividades não presenciais, prevendo-as nos câmpus, para os alunos que não tem acesso a recursos tecnológicos.

6. Período de Ambientação com metodologias usadas para o mesmo e cronograma prevendo acolhimento virtual aos servidores e aos estudantes bem como formação para os servidores e estudantes para o uso do AVA e planejamento das APNPs pelos docentes.

8. Metodologias a serem usadas para os estudantes sem acesso a internet que permite assistir a vídeos, acessar plataformas, recepcionar e enviar materiais, se esse acesso se dá apenas por celular ou também por outros equipamentos de informática

10. Levantamento e formação continuada dos docentes no curso de Metodologias Ativas e Tecnologias Digitais para formação para o uso de tecnologia ou ferramentas de comunicação, como meio de dar continuidade ao plano de atividades e utilização das plataformas e ferramentas de comunicação (ambiente virtual de aprendizagem, YouTube CD, dentre outras);

12. Levantamento dos componentes curriculares dos cursos que possuem condições de desenvolverem APNPs, podendo ser de forma escalonada, dentro de uma mesma turma, evitando prejuízo na formação do estudante, a ser realizado pelo NDE/Colegiado ou, com auxílio dos docentes do curso

14. Levantamento e metodologia do uso das APNPs para os estudantes indígenas, quilombolas, do campo, migrantes com trabalho compartilhado pelos NAPNEs e DEPEI

16. Reorganização de um novo modelo Calendário Acadêmico com descrição detalhada das APNPs com retorno único ou escalonado.

17. Plano de atividades, elaborado pelo NDE/Colegiado de Curso e/ou Comissão de Implantação de cada curso estabelecendo a metodologia a ser utilizada na continuidade e aplicação das APNPs, bem como informação dos meios que utilizará para acompanhamento delas com os planos de aulas de cada docente, contendo os horários de atendimento no AVA para sanar dúvidas e/ou aos plantões bem como realização das Recuperações (contínua e paralela).

ANEXO III

Orientações para o planejamento das Atividades Pedagógicas Não-Presenciais (APNPs), considerando as necessidades específicas de estudantes:

Com o objetivo de esclarecer algumas dúvidas relativas aos direitos de nossos/as estudantes com necessidades específicas e integralizar ações que atendam às suas necessidades, buscando construir uma cultura inclusiva em nossa instituição, indicamos alguns procedimentos para o planejamento das APNPs.

a) ESTUDANTES COM TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Refere-se aos estudantes com transtornos de matemática, da expressão escrita e da leitura que necessitam de metodologia e avaliação diferenciada. Alguns estudantes precisam de dilação de tempo, realização de atividades individuais, auxílio de leitor, entre outros. Nesses casos, será necessário combinar com o/a estudante qual a melhor forma de avaliar as aprendizagens construídas ao longo de cada etapa. Em caso de dúvida, sugere-se o contato com a equipe do NAPNE.

b) ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Não-usuários de leitores de telas: precisam de material adequado para suas necessidades, incluindo: fonte ampliada, filmes dublados e descrição das imagens. Com relação à apresentação digital, é importante evitar textos muito longos e em itálico. É importante utilizar um bom contraste (por exemplo, fundo branco e fonte preto). Nos materiais e

apresentações, sugere-se evitar fontes com serifa, dando preferência para fontes como Arial, Helvética e Verdana.

Usuários de leitores de telas: é importante inserir numeração no texto, correspondente à numeração das páginas, para facilitar a localização. A descrição das figuras deve constar como notas do transcritor. As referências, notas e fontes devem ser recortadas e inseridas no final do texto. Esse procedimento facilita a fluência da leitura, sem interrupções. É importante desmembrar tabelas, gráficos e fórmulas. Uma dica: instale um leitor no seu computador ou celular e teste como ficará a leitura para o/a estudante.

Para leitura com programas de ampliação: recomenda-se inserir numeração no texto, correspondente à numeração das páginas, para facilitar as localizações. Descrever as figuras, quando as imagens forem muito pequenas ou houver muitos detalhes, é importante. Avaliar a inserção das figuras no local onde o texto se refere a elas ou em anexo, conforme a necessidade e aplicação. É recomendado configurar o tamanho, estilo e destaques de fonte.

Para impressão: sugere-se inserir numeração no texto, correspondente à numeração das páginas, para facilitar localizações. Configurar o tamanho, estilo e destaques de fonte do

texto é recomendado. Destacar títulos e subtítulos, para facilitar a localização, é importante. Os traços de figuras impressas podem ser reforçados com caneta, ou com cola de alto relevo.

c) ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Orientações gerais: Estudantes com TEA podem apresentar dificuldades na comunicação (por deficiência do domínio da linguagem), no uso da imaginação/ criatividade (dificuldade para lidar com jogos simbólicos, sutilezas da comunicação, ironias) e dificuldade de socialização. Assim, é importante criar estratégias para observar a participação do estudante nas atividades oferecidas, incentivando que ele busque os colegas e o/a docente, caso tenha dúvidas.

Orientações para estudantes sem internet: O/a docente pode criar um portfólio com atividades para serem realizadas semanalmente com o/a estudante. Pode-se privilegiar a utilização de imagens, considerando que esse recurso auxilia estudantes com autismo.

Orientações para estudantes com acesso a internet: O/a estudante participará das atividades no mesmo ambiente virtual que a turma. É importante que o/a docente observe a participação do/a estudante nas atividades planejadas e, se considerar necessário, pode planejar encontros síncronos, para auxiliar nas atividades em que o/a estudante possa apresentar dúvidas.

D) ESTUDANTES COM SURDEZ OU DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Orientações gerais: Segundo o parecer do CNE/CP no 11, de 07 de julho de 2020, cabe às instituições de ensino a promoção de acessibilidade nas

atividades, disponibilizando LIBRAS para os/as surdos/as, materiais pedagógicos acessíveis e adequados à interação e comunicação aos/às estudantes com outros impedimentos.

Estas recomendações atendem aos diferentes graus de perda auditiva, de acordo com a tabela a seguir:

Graus de Perdas Auditivas e Características

Classificação	Perda	Características

Leve	20 a 40 dB	<p>Apresentam dificuldades para perceberem todos os sons. Embora consigam adquirir linguagem naturalmente no início da aprendizagem, podem confundir alguns fonemas e trocar as letras que têm sons semelhantes.</p>

Média a Moderada		Apresentam dificuldades em compreenderem frases complexas, e ainda que, para compreenderem a fala, necessitam de uma voz forte. Apresentam, também,

	20 a 70 dB	
--	-------------------	--

atraso de linguagem e alterações na articulação das palavras.

Severa	70 a 90dB	Somente voz muito forte é percebida e a compreensão verbal depende do apoio visual e da compreensão da situação, porém sob orientação.
---------------	------------------	---

Profunda	Superior a 90dB	Por não possuírem informações auditivas, não identificam a voz humana e não adquirem fala para se comunicarem.

--	--	--

Estudantes surdos/as com acesso à internet:

Estudantes surdos/as sem acesso a internet: é importante que a instituição busque viabilizar o acesso à internet, para que possam ser oferecidas orientações síncronas junto com o/a docente e o/a intérprete. No caso de atividades impressas, sugere-se o uso de recursos visuais como apoio.

E) ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL:

Orientações gerais: A deficiência intelectual representa uma limitação significativa no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo. O funcionamento intelectual se refere ao uso da capacidade intelectual e de experiências anteriores para resolver situações presentes; já o comportamento adaptativo se manifesta como habilidades conceituais, sociais e práticas. Sugere-se o desenvolvimento de metodologias que contemplem as especificidades dos/as estudantes, com estímulos, recursos e estratégias que contribuam para as práticas inclusivas no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, é importante que o/a docente organize as atividades em pequenas etapas e com o uso de suporte visual, para facilitar a compreensão e fixação das aprendizagens. Sugere-se ainda que o/a docente se coloque à disposição do/a estudante para tirar dúvidas e dimensionar as atividades de acordo com as possibilidades de cada estudante. Lembre-se: A deficiência intelectual não deve ser confundida com transtorno mental, sendo este relacionado à alteração da percepção individual da realidade e em geral é acompanhado de sintomas patológicos.

Orientações para estudantes sem internet: O/A docente pode organizar um portfólio semanal com atividades planejadas, buscando o desenvolvimento do/a estudante na disciplina. O portfólio precisa incluir pequenas explicações, com apoio visual, e atividades com mediação de intérprete de Libras. Para estudantes com domínio da língua é necessário realizar uma videoconferência, portuguesa, é possível utilizar legendas, dando as boas-vindas aos/às alunos/as e familiares, além de explicar como funciona o sistema e as atividades a serem desenvolvidas. Recomenda-se à equipe multidisciplinar receber as famílias com a finalidade de conversar individualmente sobre as ANPs.

que possam ser concluídas pelo/a estudante. O grau de complexidade precisa ser gradualmente ampliado, conforme o/a docente observe o desenvolvimento do/a estudante. As orientações podem ser oferecidas por telefone por um integrante da equipe do NAPNE e/ou equipe pedagógica, que acompanhará se as atividades estão sendo entregues e realizadas pelos/as discentes.

Orientações para estudantes com acesso a internet: As atividades podem ser oferecidas no mesmo ambiente virtual que a turma utiliza. É importante que o/a docente observe e acompanhe com atenção esse/a

estudante e se coloque à disposição para auxiliar e tirar dúvidas. Caso observe necessidade, o/a docente pode combinar com o/a estudante a realização de atividades diferenciadas, sendo necessário que essa combinação seja feita de forma privada. Podem ser agendados encontros síncronos, para que sejam resolvidas dúvidas pontuais e realizadas explicações orais.

F) ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Possuem limitações motoras que podem se apresentar de várias formas e ter origens diversas, como alterações genéticas, complicações durante a gestação, doenças ou acidentes. A pessoa com deficiência física, dependendo das suas necessidades, pode ou não utilizar cadeira de rodas, próteses, muletas e andadores. Assim, pode haver a necessidade de diferentes adaptações, tais como: pranchas de comunicação alternativa, leitores de tela, adaptação de recursos e ou materiais. Será necessário que o/a docente converse com a equipe do NAPNE, para planejar a adaptação dos materiais.